



DEMOCRACIA SOCIALISTA

**Verão Vermelho:
Formação da Democracia
Socialista de Porto Alegre**

PROGRAMAÇÃO VERÃO VERMELHO 2025

Curso de Formação da Democracia Socialista – PT de Porto Alegre

• Módulo Janeiro

Dia 18 de janeiro (sábado)

9h – Raul Pont

A DS e o PT: História e Construção

10h30 - Café

10h45 - Eduardo Mancuso

As Internacionais Socialistas e a Luta Internacionalista no Sec XXI pg 5

Intervalo para almoço

14h – Luciana Ballestrin

Neoliberalismo e a Crise das Democracias pg 16

15h30 - José Clóvis de Azevedo

Educação e Cultura: caminhos da Resistência pg 22

17h - Café

17h15 – A DS e nossas lutas com representantes das Mulheres (Marcha Mundial das Mulheres), Juventude (Kizomba/Enegrecer), Negritude (MNU), LGBTI+ (Cores) e Sindical (CSD).

APRESENTAÇÃO

Companheirada,

Este é o caderno de textos de apoio para o módulo de janeiro do Verão Vermelho 2025, formação política da Democracia Socialista, tendência interna do PT, de Porto Alegre. Além do material especialmente elaborado pelos autores para compor este caderno, ao qual registramos aqui nosso imenso agradecimento, compõem também as leituras desta primeira parte do curso o texto O que é a Democracia Socialista, publicado em edição da Revista da DS comemorativa aos 40 anos da tendência, em 2019, que será distribuído em material anexo.

Coordenação DS/POA

Uma boa leitura.

As Internacionais Socialistas e a luta internacionalista no século XXI

Eduardo Mancuso

historiador

A Associação Internacional dos Trabalhadores

Estamos aqui pela humanidade! A ideia generosa de fraternidade humana proclamada pelos *communards* nas barricadas da Comuna de Paris, em 1871, ecoando os valores da Revolução Francesa e da Primavera dos Povos de 1848, foi traduzida politicamente pelo movimento operário europeu e o pensamento revolucionário de Marx e Engels no internacionalismo socialista. **Sua síntese definitiva está na sentença que encerra o Manifesto Comunista: *Proletários de todos os países: uni-vos!*** O texto fundador do socialismo revolucionário – que antecede a deflagração da primeira revolução mundial – enfatiza que o “o proletariado de cada país deve evidentemente acabar antes de mais nada com sua própria burguesia”. Em 1864, o proletariado europeu vai fundar, em Londres, a Associação Internacional dos Trabalhadores, “para servir como meio centralizado de comunicação e cooperação entre as associações de trabalhadores existentes nos diferentes países”, conforme registrou Marx nos Estatutos. **Marx também agregou nos documentos da Internacional o princípio da teoria da revolução socialista: *A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores.***

Assim, a Era das Revoluções (Eric Hobsbawm) e a luta de classes moderna haviam gerado o internacionalismo da classe trabalhadora. Segundo o Dicionário do pensamento marxista, a Primeira Internacional “foi uma federação internacional das organizações da classe trabalhadora de vários países da Europa Central e Ocidental, onde o movimento operário estava renascendo, na década de 1860, após as derrotas de 1848-1849. Embora tenha sido fundada pelos esforços espontâneos dos trabalhadores de Londres e Paris, que manifestavam sua solidariedade com o levante polonês de 1863 contra o imperialismo russo, Marx (de 1864 a 1872) e Engels (de 1870 a 1872) iriam desempenhar papel chave em sua liderança”. Diferente da Liga dos Comunistas, liderada por eles entre 1847-1852, que propunha derrubar a burguesia, implantar o governo do proletariado e estabelecer uma sociedade sem classes, a I Internacional apresentava um caráter político amplo, reunindo sindicalistas ingleses, socialistas franceses, anarquistas, socialdemocratas alemães, democratas e republicanos radicais, cooperativas de trabalhadores e associações civis.

Portanto, quando Marx redige o Manifesto Inaugural e os Estatutos da Primeira Internacional, ele busca garantir as bases programáticas para a cooperação entre todas as correntes que compunham a organização internacional e métodos democráticos de funcionamento, que incluíam a eleição do Conselho Geral em congressos anuais. Os critérios de participação admitiam tanto membros individuais como organizações locais e nacionais de trabalhadores. As principais atividades da Internacional eram a solidariedade e o apoio material às greves, contra a prática da burguesia de organizar fura-greves, a denúncia da repressão do império britânico na Irlanda e a campanha pelo sufrágio universal. A importância crescente da Internacional como referência de organização dos trabalhadores, permite à Marx incorporar em seu programa reivindicações de caráter socialista: a defesa da propriedade pública das minas, ferrovias, terras aráveis e florestais e das comunicações.

A Comuna de Paris de 1871 representa um momento decisivo na história da AIT. Os partidários da Internacional tiveram um papel importante no “assalto aos céus”, nas belas palavras de Marx, e o Conselho Geral, sediado em Londres, organizou uma campanha de solidariedade em defesa da Comuna e aprovou resolução em homenagem ao revolucionário povo parisiense, redigida por Marx, que resultou na obra *A guerra civil na França*. Após três meses governando Paris, os *communards* sofrem fuzilamentos em massa e a Comuna é esmagada pelas tropas de Versalhes. Uma onda repressiva se espalha pelos países europeus, as perseguições, prisões e o exílio da vanguarda das classes populares vão selar o destino da luta dos trabalhadores por anos e a própria existência da Internacional. A Comuna é derrotada, mas a possibilidade de um governo dos trabalhadores e de um futuro comunista para a humanidade entra em cena na história. Engels vai destacar essa perspectiva e a grande lição da heroica Comuna de Paris: a classe operária não pode simplesmente se apoderar da máquina estatal para seus próprios fins. Para Marx e Engels, a Comuna mostra que os trabalhadores devem destruir o aparato de estado burguês para iniciar a construção de uma democracia socialista. Marx diz que a Comuna de Paris resolve o enigma histórico da questão do poder das classes trabalhadoras, que ele vai chamar de “ditadura do proletariado” (analogia com o termo adotado nos períodos de exceção, temporários, na Roma antiga).

Em 1872, no Congresso de Haia, a Internacional vai reunir delegados de treze países europeus, Austrália e Estados Unidos e reforça a necessidade de organizar partidos políticos independentes. O Congresso aprova que “a conquista do poder

político se torna o grande dever do proletariado”; vota a expulsão dos anarquistas liderados por Bakunin (por organizar uma sociedade secreta na Internacional); e acolhe a proposta apresentada por Marx e Engels de transferir a sede da organização para os Estados Unidos. A derrota da Comuna, a repressão contrarrevolucionária na Europa e as dificuldades da organização nos EUA, marcam o fim da I Internacional, em 1876.

A Segunda Internacional

A II Internacional foi fundada em Paris, em 1889, com a presença de Friedrich Engels. Após a morte de Marx, coube a Engels a tarefa de orientar a formação dos primeiros partidos de massa da classe trabalhadora e a II Internacional. As principais campanhas desenvolvidas pela organização internacional foram pelo direito de voto das classes populares e pela jornada de trabalho de oito horas. O partido socialdemocrata alemão exercia grande influência na Internacional, e os partidos operários conquistavam rapidamente base de massas e crescimento eleitoral, apesar da repressão e de leis “antissocialistas”. No início do século XX, partidos operários participavam de eleições em muitos países e obtinham milhões de votos, contavam com milhares de membros e centenas de parlamentares. Os partidos da II Internacional foram os primeiros partidos políticos de massa da época moderna.

Engels, na Introdução de 1895 ao panfleto de Marx *As lutas de classes em França*, declarou: “A ironia da história universal põe tudo de cabeça para baixo. Nós, os “revolucionários”, os “subversivos”, prosperamos muito melhor com os meios legais do que com os ilegais e a subversão. Os partidos da ordem, como eles se intitulam, afundam-se com a legalidade que eles próprios criaram”. A secretaria da II Internacional estava sediada em Bruxelas e a organização contava com a filiação de sindicatos. Na maioria dos partidos socialdemocratas predominava a influência marxista e os principais teóricos da Internacional, após a morte de Engels (1895), eram Kautsky, na Alemanha e Plekhanov (“pai do marxismo russo”). Esses intelectuais e dirigentes socialistas formularam o **“marxismo da II Internacional”**: **determinista, economicista, evolucionista e com forte influência das ideias positivistas, dominantes nos meios intelectuais e científicos da época**. Esse autoproclamado “marxismo ortodoxo” (uma contradição nos próprios termos, que faria Marx se revirar no caixão), orientava a Internacional e os partidos socialdemocratas.

A passagem do século XIX ao XX envolve a Internacional em debates estratégicos para o movimento socialista: a participação em governos burgueses; o enfrentamento às ideias revisionistas de Berstein (principal teórico da ala direita do partido alemão); a questão do imperialismo e do colonialismo. As propostas de direita foram derrotadas pela aliança do centro político “ortodoxo” (Kautsky) com a esquerda socialista (Lenin e Martov, entre os russos, e Rosa Luxemburgo, referência da esquerda alemã). Portanto, a II Internacional apresentava grande diversidade política, reunindo desde a direita revisionista do marxismo, o “centro ortodoxo” reformista, a “aristocracia operária” dos sindicatos (conceito de Lenin), a esquerda internacionalista e revolucionária, além do austromarxismo, uma das correntes mais inovadoras da Internacional, que governou a “Viena Vermelha” durante anos, até a anexação nazista da Áustria.

Após a eclosão da imperialista Primeira Guerra Mundial, em 1914, quando a maioria dos partidos aderiram ao chauvinismo patriota e apoiaram os respectivos governos, promovendo a matança de milhões de trabalhadores, Lenin decretou “a falência da Segunda Internacional”, demonstrando que as posições anteriores da II Internacional contra a guerra e de solidariedade dos povos eram “apenas um fino verniz cobrindo um nacionalismo profundamente enraizado”, segundo o historiador marxista Isaac Deutscher. O balanço político sobre o reformismo da II Internacional foi resumido por outro historiador marxista, Arthur Rosenberg: “O erro de princípio dos revisionistas estava em não reconhecerem o verdadeiro caráter do período imperialista. Acreditavam na possibilidade de um progresso lento e pacífico e não se deram conta de que o imperialismo produziria, necessariamente, as guerras, as revoluções e as mais terríveis contrarrevoluções”. Quando a II Internacional aderiu à guerra imperialista, somente o partido operário socialdemocrata russo, hegemônico pelos bolcheviques (os mencheviques, desde 1912, formavam outro partido) e setores da esquerda socialista influenciados por Rosa Luxemburgo e Gramsci, mantiveram os princípios internacionalistas e o compromisso de transformar a crise provocada pela guerra em luta revolucionária. Os bolcheviques conseguiram realizar essa façanha na Rússia e os revolucionários alemães tentaram repetidas vezes, até sua derrota final, em 1923. A socialdemocracia só voltou a se rearticular na década de 1950, em plena Guerra Fria, alinhada ao imperialismo e ao anticomunismo, como Internacional Socialista, expurgando a tradição marxista e o objetivo socialista, mas impulsionando as reformas do pós-guerra, que constituem o Estado de Bem-Estar.

as décadas de 1980-90, a socialdemocracia adere ideologicamente ao neoliberalismo e no século XXI, todos os partidos socialdemocratas se tornam social-liberais.

Na Terceira Internacional Comunista

A Revolução Russa de Outubro de 1917 (novembro, pelo atual calendário) foi a primeira revolução socialista vitoriosa da história, liderada pelo partido bolchevique, herdeiro do

marxismo socialdemocrata. Mas os bolcheviques, sob a direção de Lenin, rompem, teórica e politicamente, com a II Internacional após a traição ao internacionalismo proletário e sua adesão à carnificina imperialista da Primeira Guerra. Em fevereiro de 1917 (março, pelo atual calendário) explode o movimento das mulheres e da classe operária de Petrogrado (capital e centro industrial do império czarista), que arrasta camponeses e soldados contra a guerra, provocando o colapso do regime (aliado da França e da Inglaterra). Surge uma situação de duplo poder: de um lado, os soviets (conselhos de operários e soldados); de outro, a burguesia liberal com o parlamento e o governo provisório, que substitui o regime czarista. O governo provisório mantém a Rússia na guerra, enquanto as deserções em massa não param de crescer. Lenin disse

que os camponeses, a maioria do exército, “votaram com os pés”, voltando para suas casas e iniciando as ocupações das grandes propriedades rurais, confiscando e dividindo colheitas e terras. **Em poucos meses, um amplo movimento de massas nas cidades e no campo varre os políticos burgueses e socialistas moderados do governo provisório, garantindo maioria nos soviets aos bolcheviques e seus aliados. Em outubro (pelo antigo calendário), o partido bolchevique, liderado por Lenin e Trotsky, conduz a tomada do poder pela classe operária, com apoio de camponeses e soldados, e as palavras de ordem de “paz, pão e terra”.**

Após a falência da II Internacional e o final da Primeira Guerra, Lenin e os bolcheviques organizam a fundação da Terceira Internacional, em Moscou (que volta a ser a capital da Rússia), em março de 1919, homenageando a memória da grande revolucionária Rosa Luxemburgo (assassinada em Berlim, semanas antes, pela contrarrevolução alemã). A Internacional Comunista nasce sob o cerco do imperialismo e em plena guerra civil contra os russos brancos (militares e aristocratas) apoiados por exércitos estrangeiros, vencida pelo Exército Vermelho, sob o comando de Trotsky.

Em um período histórico marcado pela agitação revolucionária na Europa, Lenin define como princípios da nova organização internacional o reconhecimento da ditadura do proletariado e do poder dos soviets em lugar da democracia burguesa. Em 1920, realiza-se o segundo congresso, que estabelece condições para partidos entrarem na Internacional revolucionária, como “afastar reformistas e centristas” e combinar o trabalho legal com o ilegal. A conjuntura de “aguda guerra civil” exigia disciplina férrea, centralização política dos partidos e da Executiva da Internacional, cujas decisões tinham força de lei entre os congressos. Também são aprovadas as Teses sobre a questão nacional e colonial, elaboradas por Lenin, defendendo a aliança anti-imperialista dos movimentos de libertação. Por iniciativa do partido bolchevique, é realizada o I Congresso dos Povos do Oriente, em Baku, reunindo milhares de delegados árabes, curdos, turcos, indianos, persas e chineses, entre outros povos.

No terceiro congresso da Internacional Comunista, em 1921, Lenin e Trotsky percebem que a onda revolucionária estava regredindo na Europa e que os partidos comunistas eram minoritários na classe operária. Concluem que não era possível replicar a estratégia revolucionária russa nos países europeus. Então, passam a defender a adoção da tática de frente única dos partidos da classe trabalhadora para lutar pelos interesses do proletariado. Antes do congresso, Lenin vinha combatendo setores esquerdistas da Internacional, sistematizando suas posições em *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*, pautando questões como a importância da participação dos comunistas nos sindicatos e parlamentos. Após a derrota da revolução alemã, a Internacional Comunista reconhece que se iniciava um período de relativa estabilização capitalista. O quarto congresso, em 1922, se realiza após a tomada do poder pelos fascistas de Mussolini na Itália, e aprova resolução sobre a frente única, redigida por Trotsky. **A derrota da revolução europeia, seguida da morte de Lenin, em 1924, encerra um ciclo no partido bolchevique e na Internacional. O quinto congresso da III Internacional, no mesmo ano, aprova, com os votos contrários da Oposição de Esquerda de Trotsky, as teses revisionistas e antimarxistas de Stalin e Zinoviev do “socialismo em um só país”, e a política desastrosa para a revolução chinesa de 1925-1927 (que obriga os comunistas chineses a ingressar no partido nacionalista, para serem massacrados logo depois).**

A Oposição de Esquerda e Trotsky são isolados e derrotados pelo aparato do partido e da Internacional, sob o comando de Stalin, perseguidos e expulsos de ambas organizações (em 1929, o fundador do Exército Vermelho é expulso da União Soviética).

O sexto congresso da Internacional Comunista, em 1928, contraria sectariamente a tática de frente única aprovando a política ultraesquerdista que caracteriza a socialdemocracia como “socialfascismo”. Os efeitos desastrosos dessa política conduziram ao divisionismo da classe trabalhadora na Europa e levaram ao estabelecimento da ditadura nazista e ao esmagamento da esquerda alemã, sem luta nem resistência, em 1933. O último congresso da Terceira Internacional acontece em 1935 e encerra o período ultraesquerdista, aprovando um novo giro político (sem nenhuma autocrítica): a política de Frente Popular com setores democráticos, para tentar conter o avanço do nazi-fascismo. A Internacional estava burocratizada e sob controle de Stalin, de sua polícia política e de sua ideologia dogmática, o chamado “marxismo-leninismo” (dupla traição, política e teórica, a Marx e Lenin). A derrota política desmoralizante frente ao nazismo na Alemanha e os expurgos e execuções promovidos pelos Processos de Moscou (1936-1938), que exterminam fisicamente toda a velha guarda bolchevique, levam Trotsky a escrever *A Revolução Traída* e defender uma nova Internacional. O pacto de não agressão germano-soviético entre Stalin e Hitler, em 1939 (que incluiu a divisão da Polônia), não dura muito. Após conquistar a Europa continental, Hitler invade a União Soviética, obrigando Stalin a estabelecer uma aliança militar com os Estados Unidos e a Inglaterra contra o nazismo. Em 1943, com a finalidade de tranquilizar os aliados ocidentais, Stalin dissolve a Terceira Internacional. A vitória do Exército Vermelho sobre a máquina de guerra nazista (há um custo de mais de 20 milhões de mortos) ao fim da Segunda Guerra Mundial, levam Stalin, seu grotesco “culto à personalidade” e o Partido Comunista da União Soviética a dirigir o “movimento comunista internacional”, dominando os países do Leste Europeu e submetendo os partidos comunistas, durante a Guerra Fria, aos interesses da burocracia soviética.

A Quarta Internacional

Leon Trotsky redige o Programa de Transição, em 1938, para o congresso de fundação da IV Internacional. Exilado no México, Trotsky não participa do congresso, realizado na periferia de Paris, por razões de segurança. Mário Pedrosa foi o representante brasileiro (40 anos depois esteve entre os intelectuais fundadores do PT). A sentença de morte do grande dirigente da Revolução Russa, junto com Lenin, já fora decretada por Stalin, sendo executada em 1940.

Derrota do proletariado na Europa, com a ascensão do nazi-fascismo; burocratização criminosa da revolução russa, com o assassinato de centenas de milhares de comunistas (Trotsky disse: “um rio de sangue separa o stalinismo do bolchevismo”); Grande Depressão capitalista, com desemprego em massa; uma guerra mundial batendo às portas – Victor Serge d era “meia-noite no século”. Para Trotsky, após as falências da Segunda e da Terceira internacionais, caberia à Quarta Internacional defender a continuidade programática do marxismo revolucionário para as futuras gerações da classe trabalhadora. Essa foi a última aposta política de Trotsky. Segundo Ernest Mandel, o maior economista marxista da segunda metade do século XX e principal teórico trotskista, com a redação do Programa de Transição e a fundação da Quarta Internacional, Trotsky busca integrar a teoria da revolução permanente e a estratégia da luta pelas reivindicações transitórias, com a construção de uma organização internacional, visando superar a profunda crise de direção política e de consciência de classe do proletariado. Se a classe trabalhadora não conseguir superar o capitalismo, explorador do trabalho humano e da natureza, a humanidade caminhará para a barbárie e o colapso ambiental.

A missão histórica da Quarta Internacional era realizar a fusão do programa marxista revolucionário com a vanguarda do proletariado. Ernest Mandel assinala que Trotsky sabia das extremas dificuldades do projeto revolucionário, devido às derrotas acumuladas e o desânimo de amplos setores das classes trabalhadoras. Seus seguidores eram poucos e as organizações que haviam criado eram perseguidas e/ou exterminadas por stalinistas, fascistas e socialdemocratas, e isoladas politicamente. Mandel dizia que para a Quarta viabilizar-se, teria que ser capaz de construir “alternativas dignas de crédito” diante das massas, e não apenas ser uma força política minoritária crítica aos partidos reformistas.

Trotsky considerava que as derrotas sofridas pela revolução mundial até o início da Segunda Guerra eram parciais, temporárias e que as ditaduras fascistas e os impérios coloniais não sobreviveriam à guerra e suas consequências geopolíticas. Nessas questões, ele estava certo, como se comprovou ao final do conflito mundial, mas não ao prever a crise do regime stalinista. A “revolução política” antiburocrática do proletariado soviético, defendida por Trotsky, não se realizou. Stalin e os partidos comunistas dirigidos por Moscou saem fortalecidos da guerra, devido à participação comunista na resistência antifascista e a vitória militar da União Soviética sobre o nazismo.

Após a morte de Trotsky, a Quarta Internacional atravessa as décadas de 1940-1950 em crise, sofrendo cisões nos Estados Unidos e na Europa. É a partir da “revolução mundial” de 1968, das revoltas estudantis e processos de libertação colonial na África, Ásia e América Latina, que a Quarta passa a influenciar vanguardas de esquerda radical em vários países, servindo de modelo de organização marxista internacionalista para diversos agrupamentos ao redor do mundo. A Quarta, ao longo das décadas de 1970-1980, desenvolve importantes e inovadoras formulações teóricas (principalmente nas obras de Mandel: *O Capitalismo Tardio; As ondas longas do capitalismo;* e sobre o pensamento de Trotsky), e programáticas, como o documento *Democracia Socialista e Ditadura do Proletariado*, e as questões do feminismo, antirracismo e LGBTI.

Em 1985, a Democracia Socialista, tendência interna do PT, passa a integrar, organicamente a Quarta, como seção brasileira da organização internacional. Ao longo de vinte anos de relação política, além do próprio Mandel, quadros teóricos e dirigentes da Quarta, como Michael Lowy, Daniel Bensaid e Francisco Louçã contribuem de forma significativa na construção da DS. A interrupção da relação da Quarta com a DS, em 2005, se deu devido a mudança de avaliação da organização internacional sobre os rumos do PT e do governo Lula. A partir de então, a Quarta perdeu sua maior seção na América Latina (já havia perdido a segunda seção mais importante, o PRT mexicano) e optou por estabelecer relações com correntes do PSOL.

A guinada esquerdista sobre a situação brasileira expressava um esgotamento político e organizativo mais amplo da organização internacional – traduzida no fracasso do Novo Partido Anticapitalista (NPA) na França, devido a uma política isolacionista, que quebrou a coluna vertebral da Quarta e acelerou o processo de cisões que já vinha em curso, na Europa e em outras regiões. A Quarta acaba por sucumbir ao sectarismo, que havia combatido nas seitas trotskistas (lambertismo, morenismo etc) e à irrelevância política: uma organização de propaganda, com poucas seções nacionais sem influência de massa.

A luta internacionalista na atualidade

Retomando as lições da Primeira Internacional – sua diversidade política e social – e a atualidade dos princípios democráticos de auto-organização de Marx, o economista marxista Samir Amin sintetizou o desenho político de organização internacional mais adequado para dar conta das tarefas e adversidades da luta de

classes contemporânea: **Uma nova Internacional é necessária, porém com a condição de que se conceba como a Primeira, e não como a Segunda, Terceira ou Quarta, isto é, sendo capaz de aglutinar a todos aqueles que queiram atuar juntos para construir a convergência na diversidade. Sem monopólios ideológicos (o que não exclui a formulação das distintas concepções teóricas sobre a sociedade que se deseja construir).**

Mas como disse Marcelo Musto, notável estudioso do marxismo e da Primeira Internacional: Existe um verdadeiro abismo a separar as esperanças daquele tempo e a desesperança do presente, a determinação antissistêmica daquelas lutas e a servidão ideológica contemporânea, a solidariedade construída por aquele movimento operário e o individualismo de nossos dias, produto da competição do mercado...

Vivemos tempos de reação. Temos que organizar o pessimismo, como dizia Walter Benjamin, e entender o otimismo como uma militância crítica, não ingênua, mas consciente de que é imprescindível ter esperança para mudar um mundo em crise de civilização capitalista e que ruma para o ecocídio. Herdamos a derrota histórica das esquerdas do século XX (comunismos burocráticos, nacionalismos anti-imperialistas, socialdemocracia) e sofremos derrotas das tentativas de construção de alternativas internacionalistas no século XXI: burocratização do Foro de São Paulo; isolamento da insurgência zapatista; movimento altermundista convergindo no Fórum Social Mundial de Porto Alegre, pautando a agenda internacional no início do século e o movimento mundial contra a guerra, esvaziado; a Primavera Árabe, derrubando ditadores na Tunísia e no Egito, se espalhando pelo Oriente Médio, esmagada por golpes militares, guerras civis e jihadismo islâmico; Ocupe Wall Street, aposta da esquerda dos EUA com a consigna (irrealista) dos 99% contra os 1%; o encerramento do ciclo de governos progressistas na América do Sul; os fracassos na Espanha, do Podemos, e do Syriza, na Grécia; a regressão do movimento de massas da juventude ecologista europeia; a agonia da revolução cubana, após 60 anos de bloqueio criminoso; o genocídio palestino...

Por outro lado, o novo século assiste a crise do unilateralismo norte-americano e da hegemonia imperialista ocidental, contrastando com a ascensão meteórica da China à condição de potência econômica e geopolítica, a emergência do Sul Global e do multilateralismo assimétrico, o fortalecimento dos Brics, como contraponto ao G7 e aliado dos países emergentes na luta pela mudança do sistema internacional anacrônico em crise.

Mas a maioria dos países do Sul Global e do Brics, tem governos autoritários, ditatoriais ou são autocracias eleitorais. Portanto, não representam uma alternativa democrática e ecossocialista para a humanidade. Cada vez mais fragmentada e desorganizada, a classe trabalhadora, apesar de querer mudanças e uma vida melhor daquela a que está submetida no sistema capitalista em decadência, não visualiza um horizonte socialista. Essa é a dura realidade, resultado de décadas de derrotas da luta de classes. Porém, como lembrava o trotskista luxemburguista Ernest Mandel, a única certeza histórica que podemos ter é a de que revoltas e revoluções populares continuarão ocorrendo, vitoriosas ou não, contra a barbárie capitalista. Essa é a base objetiva e subjetiva dos marxistas e demais forças socialistas para reconstruir na atualidade o internacionalismo dos povos e possibilitar a autoemancipação dos explorados e oprimidos. Marx dizia que a revolução socialista do futuro não deveria (nem poderia) repetir as revoluções passadas. Os internacionalistas revolucionários do século XXI não podem repetir os modelos clássicos, mas sim aprender com eles para criar algo novo, à altura dos desafios de nossa época.

Os princípios internacionalistas se baseiam na luta de classes, na autodeterminação dos povos e na solidariedade dos explorados e oprimidos. Os marxistas internacionalistas veem na geopolítica (a relação entre Estados e imperialismos) um elemento central de análise da conjuntura mundial, mas que deve estar subordinada a esses princípios. O neocampismo (tradução da lógica campista da Guerra Fria) que assola parte da esquerda mundial, que escolhe apoiar qualquer regime ou Estado que confronte o imperialismo ocidental, de forma acrítica, na verdade, prejudicam a luta internacionalista.

Neoliberalismo e a crise das democracias ¹

Luciana Ballestrin
Universidade Federal de Pelotas

O presente texto possui dois objetivos principais: caracterizar o fenômeno da *crise das democracias* e discutir a influência do *neoliberalismo* sobre sua determinação. Com ele, pretende-se organizar alguns argumentos fundamentados na teoria e ciência política contemporânea, de modo a contribuir com a formação crítica e qualificada do público inscrito no curso Verão Vermelho.

Inicialmente, é preciso contextualizar e dimensionar a gravidade do momento histórico no Ocidente e fora dele. Atualmente, vivenciamos um complexo de crises que podem ser analisadas separadamente, mas que estão de algum modo interligadas entre si. Elas são profundas e abarcam diferentes domínios: ambiental/climático, ambiental/sanitário, epistêmico/informacional, político/democrático, humanitário/geopolítico, econômico/capital.

Nota-se que todas elas possuem potencial de destruição irreversível das vidas humanas, não humanas e ambiental. A sensação de distopia, colapso e fim de mundo é generalizada ao ponto de ser explorada por diversos filmes e séries da indústria cultural atual, movida pelo *capitalismo de plataforma* das *big techs*.

Nossa chance de sobrevivência hoje como espécie, assim como momentos críticos do passado, segue dependendo do combate político incansável travado pelas lutas populares. As diferenças do momento atual com aqueles anteriores e turbulentos de transição histórica do passado (veja-se “a era dos extremos” no século XX), contudo, estão relacionadas ao estágio atual de desenvolvimento do capitalismo e seus impactos sobre a desmobilização social *vis-à-vis* à crescente consciência do seu nível destrutivo para a vida *planetária*.

Após a catastrófica pandemia da Covid-19, o termo “*policrise*” foi recuperado. Descritivamente, ele sugere e indica a convivência de múltiplas crises, em uma dimensão cada vez mais global. O conceito não distingue a determinação ou hierarquiza a importância dentre elas, sendo que as áreas mais citadas geralmente são a econômica, geopolítica, sanitária e climática. A crise política, e mais especialmente a democrática, aparece de modo um tanto diluído, sendo mais uma em meio a outras igualmente graves.

1 Ballestrin, Luciana. Neoliberalismo e crise da democracia. Texto preparado para o Verão Vermelho, a escola de verão da DS/PT de Porto Alegre. 2025.

O conceito começou a circular sobretudo em fóruns econômicos e financeiros, soando como um alerta às elites transnacionais investidoras, já atentas à necessidade de um período “pós-neoliberal”.

Adentrando no primeiro objetivo deste texto, é preciso pontuar que nem toda crise econômica ou política gera uma crise democrática. Esta observação é importante para evitarmos relações mecânicas de causa e efeito, bem como explicações fáceis sobre a determinação de fenômenos políticos complexos verificados em outros momentos históricos, em diferentes partes do mundo.

A história da democracia, sabe-se, é uma história de exceção ao longo dos milênios da vida humana na Terra. A primeira experiência democrática costuma ser atribuída à Grécia antiga por volta do século V a.c., com características próprias e irreproduzíveis da sociedade ateniense à época. Séculos depois, a partir do século XVIII, o ideal democrático foi retomado nos contextos revolucionários dos Estados Unidos e Europa, associando-se de modo inovador a velhas e novas instituições políticas, princípios filosóficos e organizações sociais – até então, o termo era estigmatizado e suscitava desconfiança por sua associação com as cidades-estados da Antiguidade.

Desde então, a democracia expandiu-se como regime político e forma de vida, sendo o século XX considerado o auge de sua manifestação. Contudo, seu movimento de ampliação não se deu de forma homogênea, linear e síncrona em todas as regiões e países. Momentos de expansão foram seguidos de momentos de retração democráticos, o que atribui ao desenvolvimento democrático uma natureza que lhe é própria enquanto fenômeno sócio-histórico, mas ao mesmo tempo, dependente de uma dependência de um conjunto de condições para seu exercício.

As manifestações da crise política não são exatamente uma novidade e muitas delas ocorrem pelo menos desde os anos 1990. O fim da Guerra Fria, a intensificação da globalização neoliberal e o enfraquecimento do Estado nacional foram algumas das transformações que provocaram a discussão sobre representação, partidos, confiança e ideologias políticas no interior dos contextos nacionais. Se pensadas em conjunto e trazidas para o novo século, é possível vinculá-las a um questionamento maior e estrutural de modelos históricos e experiências institucionais, datados no seu tempo e espaço.

Nos últimos dez anos, o tema da crise democrática se tornou incontornável para os estudiosos da política. No ano de 2016, pelo menos quatro eventos foram capazes de questionar os limites da democracia representativa, liberal e ocidental. Na Inglaterra, um plebiscito demonstrou a preferência majoritária dos ingleses pela saída da União Europeia; na Colômbia, o referendo pelo acordo de paz com as FARC foi rejeitado pela maioria; nos Estados Unidos, uma vitória inesperada elegeu o magnata Donald Trump para a presidência da ainda maior potência mundial; por fim, no Brasil, um golpe parlamentar legalizado através de um processo de impeachment foi aprovado para a destituição da ex-presidenta reeleita Dilma Rousseff. Tais acontecimentos cada qual à sua maneira evidenciaram a emergência de discursos abertamente autoritários, anti-humanistas e antidemocráticos; sua legitimação pelo voto popular, partidos políticos e/ou lideranças populistas; e, a utilização das instituições democráticas para a fragilização, minimização ou ruptura da própria democracia.

Desde então, uma literatura acadêmica internacional e nacional, tem sido produzida e, rapidamente, traduzida e publicada no Brasil da crise. Voltando-se para uma audiência ampla e recorrendo a uma linguagem acessível, essas publicações pretendem alertar e intervir no debate público, chamando a atenção para a *morte democrática das democracias* e a *revolta populista contra o regime do povo*. Na conjuntura, também cresceram as produções acadêmicas sobre a ascensão da extrema-direita, o *populismo autoritário*, o retorno do fascismo, a *polarização política* e a *racionalidade neoliberal*, especialmente em combinação com a *racionalidade conservadora*. A radicalização das direitas e de suas ideologias é assim constantemente vinculado à crise das democracias, especialmente no que se refere à combinação, intensificação ou retorno do fascismo, conservadorismo, reacionarismo, autoritarismo e neoliberalismo.

2 O curso de fevereiro de 1979 sobre “o nascimento da biopolítica” de Michel Foucault foi publicado em francês somente no ano de 2004 e em inglês no ano de 2008. Nele, há a consideração original do neoliberalismo como “uma nova moralidade econômica do exercício do poder”. Isso parece explicar em parte o extenso volume de publicações que associam o neoliberalismo e a crise democrática atual. No Brasil, uma rápida busca na plataforma Scielo confirma a reprodução desta tendência a partir de 2017.

Observa-se que o caso brasileiro apresentou muitas manifestações comuns àquelas apontadas pela literatura internacional: a utilização das instituições democráticas para propósitos antidemocráticos³; o aumento da desconfiança política e da polarização social; o protagonismo das novas direitas, sua radicalização e representação populista no cenário da erosão democrática; o avanço da violência política, incluindo a violência política de gênero; a aliança entre conservadorismo e neoliberalismo em resposta ao *neoliberalismo progressista*; o retrocesso de direitos civis, políticos e sociais; a difusão do *negacionismo/falsificacionismo* histórico/científico; os ataques às liberdades acadêmica, artística e jornalística; a censura e a perseguição ideológica contra determinados adversários políticos, especialmente os de esquerda e ligados ao Partido dos Trabalhadores.

Na primeira década do século XXI, o Brasil e muitos países latino-americanos cumpriria a última etapa institucional de sua transição democrática, com a eleição assegurada de lideranças de esquerda e centro-esquerda perseguidas no contexto das ditaduras civis- militares dos anos 1960 e 1970. Enquanto o contexto global já mostrava sinais de arrefecimento democrático por diferentes eventos e razões, o processo regional conhecido como “*onda rosa*” conferia à América Latina um lugar especial para a observação do movimento de diferentes forças progressistas. O apoio popular desses governos, seu discurso *populista* e a transformação da sociedade civil em quadros governamentais foram reconfigurando as relações entre esquerda, movimentos sociais e Estado estabelecidas após a redemocratização. À esquerda, as áreas econômica e ambiental criavam divisões internas irreconciliáveis até os dias de hoje, enquanto à direita o repertório do golpismo retornou com a deposição arbitrária do ex-presidente Fernando Lugo, no Paraguai em 2012.

³ A deflagração da Operação Lava Jato em 2014 dedicada ao combate à corrupção; a contestação dos resultados eleitorais do pleito presidencial de 2014 que deu a vitória pela segunda vez à ex-presidenta Dilma Rousseff (PT) pelo seu principal partido opositor, o PSDB; seu processo de *impeachment* em 2016, sob justificativa refutável e controversa, o qual também foi entendido como um golpe por diferentes segmentos sociais e políticos; a prisão política do candidato favorito para a disputa presidencial em 2018, o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT), meses antes do pleito; a campanha eleitoral de Jair Messias Bolsonaro (à época PSL) e sua eleição naquele mesmo ano são alguns dos exemplos de participação de atores e instituições judiciais, jurídicas e democráticas no processo de *desdemocratização* brasileiro.

Na entrada da segunda década do século XXI, movimentos como o *Occupy Wall Street* nos Estados Unidos e o *Democracia Real Já!* na Espanha são exemplos que vincularam diretamente contestações relacionadas ao sequestro da democracia pela lógica da fase atual do capitalismo (globalizado, financeiro e neoliberal). A crise econômica mundial de 2008 representa um marco simbólico importante para a expressão de evidências mais robustas sobre as negociações do divórcio entre a democracia liberal e a economia neoliberal no Norte Global. Ainda que o debate sobre as contradições entre democracia e capitalismo não seja novo e que os limites da democracia formal/institucional tenham sido problematizados em termos da democracia substancial/social, pela primeira vez a experiência (neo)liberal do Norte Global testemunha o paradoxo gerado pela convivência autofágica dos seus próprios princípios.

A experiência latino-americana oferece pelo menos dois elementos originais para a análise da relação entre neoliberalismo, autoritarismo e democracia, de um lado, e para a relação entre neoliberalismo, democratização e desdemocratização, de outro. O primeiro elemento se refere ao fato de que a primeira experiência neoliberal no mundo ocorreu após um violento golpe de Estado e a instauração de um regime autoritário de tipo militar- personalista por Augusto Pinochet, no Chile dos anos 1970. Com efeito, cada vez mais o pioneirismo da experiência chilena é reconhecido na história global do neoliberalismo, o que revela a compatibilidade fundacional entre o projeto autoritário e neoliberal⁴.

Além disso, a própria consolidação democrática no continente latino-americano, ao longo dos anos 1990, ocorreu de modo concomitante à implementação da agenda neoliberal recomendada pelo chamado “Consenso de Washington”, formulado em 1989 e assumido como diretriz pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) em 1990. O segundo aspecto original é, assim, que a dinâmica de democratização – e agora desdemocratização – na América Latina convive com o neoliberalismo desde os anos 1990, situação que produziu e antecipou críticas sociais e populares, teóricas e acadêmicas, sobre os efeitos antidemocráticos do projeto neoliberal.

⁴ Entre 2019 e 2020, o Chile viveu um processo de intensificação das mobilizações sociais e populares em Santiago, abrindo caminho para um processo de refundação do Estado com a eleição de uma Assembleia Constituinte em 2021. “*El neoliberalismo nace y muere en Chile*” foi uma das frases presentes nos protestos que circulou pelas redes sociais.

Recomendação de leitura

FRASER, Nancy. *Capitalismo canibal: como nosso sistema está devorando a nossa democracia, o cuidado e o planeta e o que podemos fazer a respeito disso*. São Paulo: Autonomia Literária, 2024.

MIGUEL, Luis Felipe. *Democracia na periferia capitalista: impasses do Brasil*. Belo Horizonte, Autêntica, 2022.

PRZEWORSKI, Adam. *Crises da democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

Educação e cultura: caminhos da resistência¹

Jose Clovis de Azevedo

Professor pesquisador, membro do Diretório Estadual do PT-RS

A construção histórica das sociedades humanas assenta-se no aprender e no fazer, o que dá conteúdo e forma aos processos de transformação da realidade. Ao transformar a realidade o ser humano faz história e produz cultura. Para interferir no mundo real, e produzir-se socialmente, aprende e age. Ao aprender o ser humano desenvolve percepções do mundo, conhecimento de aspectos da natureza do qual é parte, cria instrumentos e utensílios para a sobrevivência e reprodução e, ao mesmo tempo, cria práticas e formas comportamentais, linguagens de expressão, signos e simbolismos relacionados às suas práticas de sobrevivência e do uso de suas tecnologias, bem com as formas de apropriação dos meios de vida e suas produções.

Diante disso podemos afirmar que há uma cumplicidade entre o aprender e o fazer, entre teoria e prática, ciência e tecnologia educação e cultura. Nas sociedades modernas os sistemas educacionais estão apontados para um projeto onde a educação reproduz a cultura e a visão de mundo considerado válido para responder que ser humano e que sociedade se quer construir.

A concepção de ser humano e de sociedade, por sua vez, está relacionada com as relações de produção e as formas de apropriação e distribuição da riqueza. Surge daí as determinações para a formação de classes sociais, e as formas de exercício hegemônico de uma classe dominante sobre uma classe subalterna. No capitalismo, a classe dominante, proprietária do capital, estabelece a hegemonia sobre a classe trabalhadora, impondo a sua cultura como “a cultura”, como norma para toda sociedade.

1 Esse é um texto síntese em função dos limites de espaço. Para um reflexão mais ampla sugiro leitura do texto Capitalismo flexível e a mercoescola: novas dimensões das políticas de privatização dos espaços das redes públicas de educação, publicado no livro Políticos e práticas em educação popular, organizado pelo professor Jonas Reis e Fernanda Paulo, editado pela UNIPAMPA e que disponibilizo para os interessados.

Na sociedade capitalista o trabalho constitui-se como mercadoria, disponível no mercado de trabalho. O custo do trabalho para quem compra a mercadoria trabalho é sempre de menor valor do que o valor do produto produzido, o que possibilita a apropriação da diferença entre o salário pago e a riqueza produzida. Esse excedente, a mais valia gerado pela exploração do trabalho, constitui o mecanismo de acumulação capitalista. Na dinâmica dessas relações estrutura-se a cultura dominante difundida pela educação, mas também se constitui uma cultura de resistência do lado do trabalho. A contradição entre o capital e o trabalho aparece na dinâmica do movimento *dialético* da realidade.

Se a educação reproduz a cultura dominante ela também é movida pelo pensamento crítico que e é capaz de desvelar os meandros e as cotradições das relações de dominação no âmbito das relações capitalistas.

A crise da social democracia

Nos tempos atuais o trabalho vive uma correlação de forças extremamente desfavoráveis no cotejo com os capitalistas. Os anos 1980 marcam grandes mudanças no quadro das relações internacionais. Todas favorecendo a hegemonia do capital sobre o trabalho.

A existência dos países socialistas no Leste Europeu obrigava a Europa a fazer concessões aos trabalhadores para neutralizar o avanço socialista. Nesse processo institui-se a chamada social democracia europeia, o *Estado do Bem Estar Social*, quando os trabalhadores tiveram conquistas significativas, no plano salarial e em políticas de proteção social. Essas políticas foram possíveis em decorrência do grande crescimento da economia da Europa no pós-guerra, até os anos 1970, o que Hobsbawm chamou de *Era de Ouro*.

No final dos anos 1970, o modelo capitalista do estado investidor, dos serviços públicos qualificados e do crescimento econômico esgotou-se. A crise da social democracia coincide com mais dois fenômenos marcantes.

A queda das sociedades socialistas do Leste Europeu, simbolizada pela queda do Muro de Berlim, e a grande revolução científica e tecnológica que emerge nos anos 1980 e que se estende até os dias atuais, impactando as relações sociais e econômicas.

Esse conjunto de eventos históricos redefine o capitalismo, baseado nos parâmetros clássicos do liberalismo, que se estrutura em novas bases, o chamado neoliberalismo. O liberalismo clássico forjado no contexto da Primeira Revolução Industrial teve como principais fundadores Adam Smith, na obra “A Riqueza das Nações” e Thomas Malthus em “Ensaio Sobre a População”. O liberalismo teve entre seus pilares básicos o individualismo, a competição, a livre iniciativa, a propriedade privada e a constituição do estado como garantidor desses princípios.

Considerando o contexto histórico percebe-se que o liberalismo clássico tinha um viés progressista e civilizatório, pois trouxe o ideário republicano expresso nas conquistas das revoluções do século XVIII, principalmente na Revolução Francesa. O liberalismo clássico nasce em oposição à sociedade dominada pela nobreza e pelo clero, com os privilégios inerentes ao nascimento. A ascensão da burguesia desconstituiu o chamado Antigo Regime.

O neoliberalismo: as fases da objetividade e da subjetividade

O neoliberalismo é a radicalização dos princípios liberais, estimulados e facilitados pela revolução tecnológica baseada na microeletrônica.

As ideias neoliberais tiveram como principais formuladores Milton Friedman, Capitalismo e Liberdade (1962) e Friederich Hayek, Caminhos da Servidão (1934).

As linhas gerais do capitalismo neoliberal são enunciadas pelo Consenso de Washington (1989), quando os países centrais orgânicos ao capitalismo, impõem planos e ajustes às economias de países periféricos. Entre as principais receitas estão as privatizações, a desregulamentação da economia, a abertura dos mercados, flexibilização das relações de trabalho, controle e equilíbrio fiscal, restrição aos direitos previdenciários, entre outros.

A sua primeira fase, últimas décadas do século passado, foi a fase da objetivação do neoliberalismo. Período de constituição e instalação de suas estruturas expressa na formação dos mercados regionais, nas privatizações, diminuição do poder dos estados e da reestruturação das empresas com um crescente processo de terceirização facilitado pelos avanços tecnológicos.

Nos tempos atuais o neoliberalismo vive a fase da subjetivação, quando impõe na educação e na cultura os seus princípios e valores ideológicos. Não se trata apenas de uma nova forma de administrar a economia e reproduzir o capital, mas é uma visão de mundo, um conceito de vida e de sociedade, onde o mercado é ser absoluto que paira sobre as vontades e os rumos da vida social e individual. Tudo vira mercadoria, tudo vira negócio, tudo é precificado, todas as dimensões da vida podem ser compradas ou vendidas.

Robert Kurz em sua obra *A Comercialização da Alma*, 2001 afirma, “Quando o amor e sexualidade, tanto na ciência quanto no cotidiano, são pensados cada vez mais como categorias econômicas e estimados segundo critérios econômicos, a comercialização da alma parece irresistível”.

A cultura neoliberal cria novos conceitos que são incorporados nos meios educacionais, midiáticos e nas relações de trabalho. O operário ou trabalhador, vendedor de sua força de trabalho, do qual é extraído a mais valia, passa a ser denominado como “colaborador”, uma forma ostensiva de sublimar e dissimular a contradição capital e trabalho. O trabalhador autônomo sem proteção previdenciária e trabalhista passa a ser convencido que é “patrão de si mesmo”. A competição passa a ser um valor absoluto que premia uns poucos, considerados mais capazes, mais comprometidos.

É a meritocracia como parâmetro do sucesso pessoal.

Mercoescola e escola cidadã

Para consolidar essa nova visão de mundo da cultura neoliberal constitui-se uma escola com currículos voltados a formação de trabalhadores identificados com o mercado que pode ser conceituada como mercoescola. São mais de quarenta milhões de crianças e jovens das classes populares que estudam nas redes públicas que estão sendo inseridos na ideologia de mercado. Tem suas mentes contaminadas pela lógica do privado, do individual em oposição ao público e ao coletivo.

O contraponto a mercoescola é a escola comprometida com a formação de cidadãos críticos, com competência para produzir a sua existência com dignidade. É a escola pública democrática, concebida por Anísio Teixeira, Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro e Paulo Freire. A escola humanizadora, construtora do conhecimento libertário e transformador.

A resistência popular ao neoliberalismo passa pelo resgate das experiências nas administrações do campo popular, tais como: A Escola Cidadã em Porto Alegre, Escola Cabana em Belém, Escola Sem Fronteiras em Blumenau, Escola Candanga em Brasília, governo Erundina em São Paulo, todas nos anos 1990, projetos contra hegemônicos em oposição ao neoliberalismo na sua fase de objetivação.

A partir dessas experiências históricas e dos desafios da complexidade desse tempo é necessário recriar um programa de educação popular e cidadã para disputar com o capital os rumos da escola pública e da sociedade brasileira.

Pontos para um programa de resistência na educação

Nesta perspectiva pontuamos algumas questões programáticas fundamentais que se assentam sobre conceitos que orientam práticas de políticas públicas e reivindicações sociais no campo educacional. Entre os elementos fundantes pode-se elencar: a educação, pública, laica e gratuita; a educação integral, em tempo integral, de qualidade como direito; a democratização nas dimensões da gestão, do acesso e da aprendizagem, garantindo o protagonismo de todos os sujeitos que atuam ou que se relacionem com a comunidade escolar; a valorização profissional dos trabalhadores em educação, considerando salário, condições de trabalho e formação permanente; garantia de espaços e recursos qualificados que estimulem o trabalho docente e o aprendizado do aluno; um projeto político pedagógico constituído de forma participativa; construção do conhecimento pelo sujeito na perspectiva interdisciplinar, na relação com o contexto socioantropológico, com o mundo do trabalho e com os saberes e experiências humanas acumulados; a articulação ensino e pesquisa como prática pedagógica, geradora de uma cultura de investigação; respeito e acolhimento à diversidade, considerando gênero, etnias, culturas, orientação sexual, religião e ideologias; condições objetivas para a inclusão de pessoas com necessidades especiais; avaliação emancipatória e participativa; projeto educacional integrado a um projeto global de sociedade; integração com demais órgãos públicos, com universidades e políticas públicas; educação com vínculos às especificidades das territorialidades e seus universos sociais; a articulação entre o local e o universal; garantia dos aprendizados necessários para a convivência harmônica e equilibrada com a natureza planetária da qual os seres humanos são parte.